

ÍNDICE

<i>Prefácio à 9ª edição</i>	13
<i>Prefácio à 6ª edição</i>	15
<i>Prefácio à 4ª edição</i>	17
<i>Prefácio à 3ª edição</i>	19
<i>Prefácio à 2ª edição</i>	21
Palavras introdutórias.....	23

PREÂMBULO

O FENÔMENO DA INCIDÊNCIA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

1. Considerações gerais.....	31
2. A trajetória do dever-ser até o ser da conduta	36

CAPÍTULO I

SOBRE A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA, GERAL E ABSTRATA

1. Texto e contexto	39
2. Enunciados prescritivos e normas jurídicas	42
3. A estrutura lógica das normas jurídicas: o antecedente	46
4. O operador deôntico.....	50
5. O conseqüente normativo.....	52
6. Normas primárias e secundárias	56
7. Normas gerais e individuais, abstratas e concretas ...	57
8. Regras de conduta e regras de estrutura.....	63
9. As chamadas “sanções extrajudiciais” são também normas primárias.....	65

10. Norma jurídica e sistema	67
11. Classificação dos sistemas	70
12. Direito positivo: ordenamento ou sistema?.....	73
13. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem	76
14. A prescritividade constitutiva do direito	80
14.1. A prescritividade do direito no Preâmbulo da Constituição	82
14.2. O perfil do Preâmbulo no direito positivo bra- sileiro	84
14.3. Retórica e Preâmbulo.....	85
14.4. Preâmbulo, ementa e Exposição de Motivos ...	87
14.5. Súmula dominante e súmula vinculante	88
14.6. O Preâmbulo como feixe de marcas da enuncia- ção, meio eficaz de acesso ao quadro axiológico que presidiu a edição do Texto Constitucional	92
14.7. Comandos de sobrenível — prescrições sobre prescrições	96
15. Validade como relação de pertinência da norma com o sistema.....	97
16. Vigência, eficácia técnica, eficácia jurídica e efi- cácia social	100
17. Semiótica e textos jurídico-positivos — a interpreta- ção do direito.....	105
17.1. A unicidade do texto jurídico-positivo e os qua- tro subsistemas: a) conjunto de enunciados, tomados no plano da expressão; b) conjunto de conteúdos de significação dos enunciados pres- critivos; c) o domínio articulado de signifi- cações normativas; e d) a forma superior do siste- ma normativo	106
17.2. O plano S_1 : o sistema da literalidade textual, suporte físico das significações jurídicas	110
17.3. O plano S_2 : o conjunto dos conteúdos de signi- ficação dos enunciados prescritivos.....	114
17.4. O plano S_3 : o conjunto articulado das signi- ficações normativas — o sistema de normas ju- rídicas <i>stricto sensu</i>	118

17.5. O plano S_4 : organização das normas construídas no nível S_3 — os vínculos de coordenação e de subordinação que se estabelecem entre as regras jurídicas.....	121
17.6. O processo de construção normativa e as determinações específicas impostas pelo sistema.....	124
17.7. O trânsito entre os subdomínios S_1 , S_2 , S_3 e S_4 para a integração do sistema.....	126
18. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade	129
19. O núcleo semântico da norma jurídica tributária	131
20. Regra-matriz de incidência tributária.....	134

CAPÍTULO II

SOBRE O FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Enunciados e objetos da experiência — fato como enunciado protocolar — a constituição jurídica do fato	141
2. Percepção do objeto e categorias semióticas	147
3. Os enunciados conotativos e a construção dos fatos jurídicos	149
4. Erro de fato e erro de direito	153
5. A importância da teoria das provas para o reconhecimento dos fatos jurídicos	154
6. Realidade jurídica e realidade social.....	157
7. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria auto-poietica do direito	159
8. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser	164
9. Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico”	165
9.1. Conclusão sobre o caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador”	175

10. A subsunção do fato jurídico tributário e seus efeitos normativos	175
11. O núcleo factual e as especificações de espaço e de tempo.....	180
12. As expressões utilizadas para nomear o fato jurídico tributário	181
13. Fatos jurídicos tributários simples e complexos	184
14. Fatos tributários instantâneos, continuados e “complexivos”	187
15. O elemento material do fato jurídico-tributário	192
16. Os elementos temporal e espacial, na configuração do fato	193

CAPÍTULO III

SOBRE A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA

1. Causalidade física e imputação deôntica	199
2. As relações jurídicas são enunciados fácticos.....	201
3. O cunho relacional dos enunciados.....	206
4. O operador deôntico-jurídico identificando o enunciado relacional	207
5. Os elementos do fato relacional.....	210
6. Aspectos lógico-semânticos do fato relacional	214
7. A relação jurídica tributária.....	218
8. Os sujeitos da relação jurídica tributária — sujeito ativo.....	221
9. Os sujeitos da relação jurídica tributária — sujeito passivo	223
10. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva.....	225
11. A solidariedade passiva na relação tributária	227
12. Responsabilidade tributária.....	229
13. Responsabilidade tributária e substituição.....	232
14. Relações tributárias obrigacionais e não obrigacionais... ..	237
15. O elemento quantitativo das obrigações tributárias — base de cálculo	242

15.1.	A base calculada como uma das unidades factuais que integram o complexo relacional do conseqüente, na individualidade da norma concreta.....	245
15.2.	A base calculada como perspectiva dimensível do fato jurídico tributário. A necessária identidade entre o fato jurídico da base de cálculo (Fbc) e o fato jurídico tributário (Fjt).....	247
15.3.	Os cuidados especiais que o desenho da base de cálculo requer, por decorrência da posição preeminente que lhe atribuem a jurisprudência e a doutrina brasileira.....	251
15.4.	O outro fator que integra o critério quantitativo: a alíquota.....	254
16.	O marco temporal do nascimento das relações jurídicas tributárias.....	255
17.	Como as relações jurídicas tributárias são produzidas, transformadas e extintas.....	260
18.	A compostura lógica da obrigação e o quadro possível das providências extintivas.....	263
18.1.	Pagamento.....	268
18.2.	Compensação.....	269
18.3.	Transação.....	271
18.4.	Remissão.....	272
18.5.	Decadência.....	273
18.6.	Prescrição.....	280
18.7.	Conversão de depósito em renda.....	282
18.8.	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	284
18.9.	A consignação em pagamento.....	287
18.10.	A decisão administrativa irreformável.....	288
18.11.	A decisão judicial passada em julgado.....	290
18.12.	A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.....	291

CAPÍTULO IV

SOBRE A NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA
QUE DOCUMENTA A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Imprescindibilidade.....	293
2. O revestimento da linguagem prescritiva e as duas modalidades que o sistema prevê	297
3. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta.....	299
4. Lançamento tributário — o problema semântico.....	301
5. Demarcação conceptual do vocábulo “lançamento”.	306
6. Lançamento tributário: norma, procedimento e acto	310
7. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário	314
8. Sobre o conteúdo do ato de lançamento	318
9. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento	319
10. Lançamento provisório e definitivo	321
11. Lançamento e auto de infração	323
12. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário	326
13. A norma jurídico-tributária, individual e concreta, produzida pelo sujeito passivo	328
14. A linguagem produtora da norma individual e o momento em que ela ingressa no sistema positivo.....	332
<i>Bibliografia</i>	335